



139

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0329531-8

COMARCA: Arcoverde – 1ª Vara Cível

AGRAVANTE: Gedecio Barros de Almeida

AGRAVADO: Banco do NE do Brasil S/A

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DO INSTRUMENTO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE. SÚMULA 93/STJ JUROS DE 12%. OBSERVAÇÃO. OBEDIÊNCIA AO DECRETO LEI 167/1967. PRECEDENTES DO STJ. CUMULAÇÃO DE PERMANÊNCIA. NÃO DEMONSTRAÇÃO NOS AUTOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ATACADA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, nos autos da apelação cível nº 329531-8, à unanimidade de votos, **em negar provimento ao presente recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 24 de setembro de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



OK

132

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0329531-8

COMARCA: Arcoverde - 1ª Vara Cível

AGRAVANTE: Gedecio Barros de Almeida

AGRAVADO: Banco do NE do Brasil S/A

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

RELATOR

RECURSO

Trata-se de Agravo Regimental na Apelação Cível, interposto por Gedecio Alves de Souza Sobrinho, em face da decisão terminativa de fls. 114/118 que negou seguimento ao Recurso de Apelação com arrimo no art. 557, caput do CPC.

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

Em suas razões recursais, o Agravante alega que a decisão terminativa está equivocada ao se basear em aditivos do contrato originário, assinado em 1999, sob o fundamento de desconhecer outro contrato assinado por ele em forma de aditivo e, mesmo existindo é considerado nulo, em virtude de conter cláusulas abusivas, o que remete a discussão dos contratos sem a incidência da MP 1963-17/2000.

Pugna para que o presente recurso seja apresentado em mesa, protestando pelo seu provimento para o fim de reformar a decisão agravada, de modo a acolher as razões do Recurso de Apelação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

133

Não exercendo o juízo de retratação, independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

É o Relatório.

Recife, 11 de setembro de 2014.


Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

134

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0329531-8

COMARCA: Arcoverde – 1ª Vara Cível

AGRAVANTE: Gedecio Barros de Almeida

AGRAVADO: Banco do NE do Brasil S/A

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

VOTO

De início, cabe esclarecer que o *decisum* ora vergastado é uma Decisão Monocrática Terminativa proferida na forma do art. 557 do CPC, sendo o Agravo Legal o recurso competente para atacá-la e não o Agravo Regimental, como entendeu o Agravante.

No entanto, em homenagem ao princípio da fungibilidade, recebo o referido Agravo Regimental como Legal, nos termos do artigo 545 do CPC e do enunciado nº 42 da Súmula do TJPE: “São fungíveis os agravos regimental e legal”.

Eis o inteiro teor da decisão terminativa guerreada, *ipsi literis*:

Trata-se de Apelação Cível (fls. 91/97), interposta por Gedecio Barros de Almeida, contra sentença que julgou parcialmente procedente a Ação Revisional de Contrato de Cédula Rural Hipotecária nº 0004619-61.2011.8.17.0220, em que se discute a existência de cláusulas abusivas no contrato de Cédula Rural Hipotecária entre as partes, para o aumento da atividade agrícola na propriedade do autor.

Dispositivo sentencial acostado às fls. 82/87 dos autos:

“Diante do exposto, tendo em vista os preceitos legais atinentes à espécie, aliado ao entendimento jurisprudencial colacionado, julgo, por



135

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

sentença, *PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, para reduzir o percentual da multa moratória para 2% sobre o valor do débito. Após o trânsito em julgado, traslade-se cópia da sentença para eventual execução em trâmite, e, em seguida, arquivem-se os autos*".

O Autor assevera em seu recurso, que no pacto celebrado entre as partes, são ilegais a capitalização mensal de juros, correção monetária cumulada com comissão de permanência, bem como os juros moratórios e remuneratórios que se mostram acima do estabelecido por lei.

Instada a se manifestar, o banco Réu deixou transcorrer o prazo in albis sem apresentar contrarrazões, conforme se depreende através da certidão de fls. 104.

É o Relatório. DECIDO.

Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos necessários à sua admissibilidade.

Cinge-se a discussão se existe, ou não, ilicitude nos encargos de financiamento do contrato sub judice, indicados na apelação, quais sejam: Capitalização mensal de juros; correção monetária cumulada com comissão de permanência; juros moratórios e remuneratórios acima do limite legal.

Pois bem!

Em relação à capitalização de juros, é entendimento pacífico no STJ que a Cédula de Crédito Rural admite o pacto de capitalização de juros, a partir da edição da medida provisória n. 1.963-17/2000, questão, inclusive, já sumulada, verbis:

SÚMULA 93: A LEGISLAÇÃO SOBRE CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL ADMITE O PACTO DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS.

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. SÚMULA 93/STJ. OPERAÇÕES ANTERIORES À EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 1.963-17/2000. 1. Nos moldes do entendimento pacificado nesta Corte, a legislação sobre cédulas de crédito rural admite o pacto de capitalização de juros. Inteligência da Súmula 93/STJ. 2. A capitalização mensal dos juros somente tornou-se possível nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial (Decreto-lei n. 167/67 e Decreto-lei n. 413/69) a partir da edição da Medida Provisória n. 1.963-17/2000. Precedentes específicos desta Corte. 3. Incabível a capitalização mensal dos juros no caso em tela, porque os negócios jurídicos foram pactuados anteriormente à edição da Medida Provisória n. 1.963-17/2000. 4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA. (STJ - AgRg nos EDcl no REsp: 1161784 MT 2009/0201873-0, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 18/09/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/09/2012)



136

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PACTUAÇÃO RECONHECIDA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 93/STJ. 1.- "A legislação sobre cédulas de crédito rural, comercial e industrial admite o pacto de capitalização de juros" (Súmula 93/STJ). 2.- Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 1208426 SC 2010/0161858-0, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 18/11/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/11/2010)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE. SÚMULA 93/STJ. 1. Consoante pacífica jurisprudência desta Eg. Corte Superior de Justiça, é possível, nas cédulas de crédito rural, industrial e comercial, a capitalização mensal dos juros, desde que pactuada. Incidência da súmula 93/STJ. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no REsp: 720262 SP 2005/0013982-3, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 19/08/2010, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/09/2010)

No caso concreto, os documentos que serviram de base para pleitear o pedido revisional, compostos de aditivos da Cédula de Crédito Rural (fls. 28/36v) são posteriores à edição da medida provisória 1.963-17/2000, demonstrando a licitude da capitalização mensal dos juros, sendo, pois, improcedente a irresignação do apelante nesse tema.

Por sua vez, é pacífico o entendimento quanto à vedação da cumulação de comissão de permanência com a correção monetária, já que comissão de permanência poderá ser pactuada, desde que não haja outros encargos, tais quais multa e juros de mora.

Entretanto, não há nos autos demonstração dessa prática abusiva pelo banco recorrido, eis que através dos contratos que instruíram a inicial, constata-se que foi pactuada a taxa anual em torno de 6%, com a possibilidade de ser acrescida de 12% ao ano, em caso de inexistindo, no entanto, cláusula que demonstre a denunciada cumulação de permanência com a correção monetária, de modo que se mostra infundada a tese do recorrente nesse aspecto.

Por fim, os juros remuneratórios de 12% indicados na cláusula 4ª do aditivo de fl. 28 e na cláusula nona do documento de fl. 34v estão dentro dos parâmetros legais, de acordo com o Decreto lei 167/1967 e com o STJ:

DIREITO ECONÔMICO. JUROS. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. Os juros na cédula de crédito rural estão limitados a 12% ao ano. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no Ag: 257496 SP 1999/0074746-1, Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 10/04/2000, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 29.05.2000 p. 153)



137

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. TAXA DE JUROS. LIMITAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INEXIGIBILIDADE. *Nas Cédulas de Crédito Rural, Industrial ou Comercial, a instituição financeira está autorizada a cobrar, após a inadimplência, a taxa de juros remuneratórios, limitada a 12% ao ano, elevada de 1%, a título de juros de mora, além de multa de 10% e correção monetária, sendo inexigível a cobrança de comissão de permanência. Agravo improvido. (STJ - AgRg no REsp: 804118 DF 2005/0205599-3, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 18/11/2008, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/12/2008)*

Conclui-se, portanto, que, no presente caso, não houve cobrança indevida a título de "Capitalização mensal de juros; correção monetária cumulada com comissão de permanência; juros moratórios e remuneratórios acima do limite legal" de forma que a sentença vergastada não merece qualquer reprimenda.

Isto posto, se mostrando o recurso em manifesto confronto com súmula e jurisprudência dominante de Tribunal Superior, com base no art. 557, § 1º do CPC, nego seguimento ao Recurso de Apelação.

Cinge-se, assim, o presente recurso, em analisar se correta foi a decisão terminativa ora vergastada, negou seguimento ao Recurso da Parte Agravante, por entender que a matéria trazida no recurso confronta com a jurisprudência dominante do STJ.

Pois bem!

Revisitando os fundamentos e documentos trazidos à baila, verifico que a Decisão Terminativa aqui hostilizada nada há de ser reformada, haja vista já restarem perfeitamente delineadas naquele *decisum* as razões pelas quais entendi pela negativa de seguimento do recurso de Apelação.

Senhores Desembargadores, como visto na decisão acima transcrita, a negativa de seguimento do Agravo de Instrumento se deu porque, os documentos que serviram de base para pleitear o pedido revisional, compostos de aditivos da Cédula de Crédito Rural (fls. 28/36v), são posteriores à edição



138

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

da medida provisória 1.963-17/2000, bem como de que não houve demonstração da cobrança de cumulação de permanência e por fim, de que os juros remuneratórios de 12% indicados na cláusula 4ª do aditivo de fl. 28 e na cláusula nona do documento de fl. 34v estão dentro dos parâmetros legais, de acordo com o Decreto lei 167/1967 e com o STJ, restando demonstrado que inexistente cobrança abusiva nos contratos trazidos à discussão.

Quanto à alegação da não aplicação ao caso concreto da medida provisória 1963-17/2000, devendo ser considerados apenas o contrato primitivo, firmado em 1999, porque os seus aditivos juntados na ação são nulos, em virtude de suas cláusulas serem abusivas, tenho que não merece guarida, posto que os referidos aditivos são extensões dos contratos, podendo se valerem de legislação existente no âmbito de suas vigências.

Demais disso, foi o próprio autor que trouxe os referidos aditivos aos autos para que as suas cláusulas fossem revisadas, não havendo neles nenhum vício que apontem para nulidade, como pretende agora o Agravante.

Destarte, a decisão exarada por esta Relatoria nos autos do Agravo de instrumento, merece ser mantida por seus próprios fundamentos jurídicos.

Mediante tais considerações, conheço do presente recurso, porém nego-lhe provimento.

Recife, 24 de setembro de 2014.


Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto